

Questão Discursiva 00659

Considere a hipótese de você ser Defensor Público que atua no Município de Paraíso Celestial do Norte, que aprovou lei cujo texto consta abaixo. Na condição de Defensor Público, você é procurado por dois representantes da comunidade dos Ateus e Agnósticos Carentes Catadores de Papel, composta por membros de 32 famílias de catadores de papéis residentes nas proximidades do Lixão de Paraíso Celestial do Norte, cujos filhos todos frequentam a rede pública de ensino municipal. A comunidade dos Ateus e Agnósticos Carentes Catadores de Papel de Paraíso Celestial do Norte solicita à Defensoria providências no sentido de defender o direito de seus filhos à liberdade religiosa fundada na noção de Estado laico. Responda à questão analisando se há fundamento material que sustente a pretensão dos membros da comunidade mencionada, e, em caso afirmativo, aponte, fundamentadamente, qual ou quais das ações constitucionais seriam cabíveis, ou, sendo o caso, que outras providências poderiam ser adotadas.

"LEI N. 37, de 2 de março de 2015:

TORNA OBRIGATÓRIA A DISPONIBILIZAÇÃO DE BÍBLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Paraíso Celestial do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o § 11 do art. 38 da Lei Orgânica do Município de Paraíso Celestial do Norte, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam as unidades escolares públicas e privadas de ensino fundamental e médio obrigadas a manter em suas bibliotecas Bíblias para consulta de seus alunos.

Parágrafo único. Os exemplares deverão ficar em local de destaque, sendo disponibilizados na forma impressa, em braille e áudio.

Art. 2º Durante e semana que antecede o Dia do Livro, será permitido a instituições que assim desejarem distribuir exemplares da Bíblia nos pátios da escola, desde que acordado previamente com a direção escolar.

Art. 3º O ensino religioso é disciplina obrigatória nas escolas públicas e privadas, consistindo em leituras diárias de trechos selecionados da Bíblia, sob a orientação de professores que, por ocasião das provas, questionarão os alunos acerca do conhecimento da doutrina cristã.

Parágrafo único. A reprovação na disciplina de ensino religioso importará repetição de ano e, quanto ocorrer pela segunda vez consecutiva terá como consequência a exclusão do aluno reprovado da rede pública e implicará a proibição de novamente nela se inserir pelo prazo de cinco anos a contar da segunda reprovação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Paraíso Celestial do Norte, em 2 de março de 2015.

Vereador *Manfredo Apolidoro Jequetibá - Presidente.*"